



Economia para Trabalhadores

Ano IV, Edição XXXVIII

Julho de 2016

Nesta edição:

Opinião 2

Atividade industrial - Brasil 3

Atividade Industrial - Santa Catarina 4

Indicadores 5

Apresentação

Caros(as) companheiros(as), esta é a 38ª edição do Economia para Trabalhadores, o boletim mensal da Subseção do Dieese na Fetiesc. Nesta edição de julho, destacamos na primeira seção, o debate sobre a reforma da previdência social. Buscamos evidenciar, através das argumentações que justificam a reforma e as estatísticas da previdência social, o conflito de interesses de classe neste debate e a importância da luta pela manutenção de direitos que estão sob ameaça.

Das segunda e terceira seções, que trazem de praxe um texto de descrição e avaliação dos indicadores industriais para o Brasil e Santa Catarina, destacamos o comportamento semelhante nas variações de produção para ambos recortes espaciais. Apesar de não dispormos dos dados de produção de junho para Santa Catarina, vimos que há uma recuperação gradual da produção industrial no primeiro semestre, ainda que esta permaneça num nível inferior à do ano passado. A recuperação da produção é acompanhada pela recuperação na confiança dos empresários industriais, assim como no ajuste dos estoques e na queda da ociosidade nas fábricas.

Das seções finais, que apresentam diversos indicadores, como da indústria no Brasil e em Santa Catarina, do mercado de trabalho e macroeconômicos, queremos destacar como negativo o aprofundamento do déficit fiscal e do desemprego, com retração do rendimento real dos trabalhadores. Outro indicador que preocupa é o câmbio, porque ainda está num patamar desvalorizado, mas cuja recente valorização já impacta a competitividade de alguns segmentos industriais e pode interromper a recuperação que vinha sendo percebida. Como positivo, destacamos a continuidade de queda da inflação, os sinais positivos da indústria de transformação e do setor externo.

Boa leitura!

Opinião* - A proposta de Reforma da Previdência e o regresso à Teoria do Bolo

Talvez dentre todas as medidas anunciadas e propostas de reforma em discussão atualmente, o principal debate nacional seja a previdência social. Este debate ganhou destaque no governo atual, em sua interinidade, orientado pela crise fiscal (déficit primário crescente) e a necessidade, fruto de um entendimento de economia política, de demonstrar ao mercado que o governo está disposto a adotar medidas impopulares para reequilibrar as finanças, pagar juros e interromper o crescimento da dívida. Isso poderia fazer com que as agências de avaliação de risco revisassem para melhor suas avaliações sobre a economia brasileira, abrindo espaço para diminuição dos juros, o que contribuiria para a retomada do crescimento econômico e, apesar da menor taxa de juros, oportunizaria o reingresso de investimentos em carteira.

Neste debate, não faltam analistas que defendam as medidas impopulares e no menor tempo possível, denunciando inclusive a demora do governo em encaminhar a proposta de reforma para apreciação do Congresso. Justificam que as regras atuais tornam a previdência social insustentável do ponto de vista econômico no médio e longo prazos, utilizando-se, inclusive, de argumentos referentes às transformações demográficas percebidas e projetadas para o Brasil.

Por outro lado, existe resistência do sindicalismo, de movimentos sociais e outras associações de trabalhadores. Estas forças sociais e políticas participam do debate também técnico, demonstrando preocupação com a sustentabilidade da previdência, mas sustentando que a reforma não pode desconsiderar os princípios constitucionais da previdência social, que compõe o Sistema de Seguridade Social. Para este grupo, mesmo as pressões das transformações demográficas sobre as políticas públicas precisam ser honestamente diagnosticadas, considerando suas relações sociais e econômicas, a fim de a reforma servir para corrigir injustiças e a histórica desigualdade característica da sociedade brasileira e não concentrar mais riqueza (sobre estas questões, ver a NT nº 160 do Dieese, divulgada em julho deste ano e disponível em www.dieese.org.br).

Como todo grande debate nacional, está claro que as discussões referentes à reforma da previdência abriga conflito de interesses e não há espaço para simplificações. Dependendo do desenho, a reforma a ser aprovada pelo Congresso tende a impactar profundamente a sociedade brasileira, seja para alcançar melhor grau de justiça social ou para gerar mais desigualdade social e concentração de renda. As defesas que o governo vêm adotando nas manifestações públicas acerca do tema, lembram as justificativas afirmadas pela equipe econômica do regime militar, que quando questionada sobre o processo de concentração de renda em curso e o aprofundamento da desigualdade, teria alegado a necessidade de primeiro fazer o bolo crescer, para depois distribuí-lo (a "teoria do bolo").

O financiamento da previdência social precisa ser discutido, a sustentabilidade do sistema depende disso. Mas as medidas que impõem restrições ao acesso (direito) e ao valor do benefício, como defende o governo, precisam ser combatidas pelas famílias. A luta dos trabalhadores deve

estar orientada para a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas, segundo as necessidades da população. A Constituição de 1988 incluiu os benefícios previdenciários (do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, gerido pelo INSS), assistenciais e de saúde sob o abrigo do Sistema de Seguridade Social que têm financiamento mais amplo que as contribuições estritamente previdenciárias, que incidem sobre empresas, empregados e governo.

Problematizar o déficit decorrente de receitas e desembolsos estritamente da conta previdenciária é, portanto, uma distorção desonesta no debate, dado o princípio constitucional. Estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) revela que o saldo do balanço da seguridade social tem sido superavitário nos últimos anos. Apesar disto, o debate sobre o balanço de receitas e despesas estritamente previdenciárias revela a necessidade de discussão sobre a incidência das contribuições previdenciárias, que acaba tendo caráter pró-cíclico (expansão da arrecadação nas fases de crescimento econômico e retração nas fases de crise). Neste debate, cabe destacar que as medidas em tramitação para flexibilizar a relação de emprego, num mercado de trabalho marcado pela informalidade e precarização do trabalho e emprego, impacta negativamente a arrecadação previdenciária, pressionando o sistema. Em 2014 haviam 54,8 milhões de contribuintes, em um conjunto populacional de 99,5 milhões de ocupados (Pnad/IBGE, 2014 in BEPS, maio/2016).

O desafio para os trabalhadores neste cenário sombrio em que estamos inseridos será assegurar a manutenção dos direitos trabalhistas (CLT) e sociais, previstos na Constituição de 1988. Em dezembro de 2015 foram emitidos 32,7 milhões de benefícios (28,3 milhões do RGPS e 4,4 milhões de benefício assistencial) com valor médio de R\$ 1.000,90 (R\$ 1.033,91 para o benefício do RGPS e de R\$ 786,15 para o assistencial). Isso significa que 17% da população brasileira é diretamente protegida pela seguridade social. Se estendermos a importância dos benefícios para os familiares, pode-se dizer que, indiretamente, pelo menos metade da população brasileira está coberta pelo sistema de seguridade social.

O crescente desembolso com a previdência social está na mira do setor financeiro, porque este tem interesse em abocanhar fração maior do orçamento público. Deveria ser menos constrangedor, mais fácil para o governo, atacar o sistema da dívida, auditá-la, reestruturá-la e renegociá-la com os credores. Em 2015, o montante de benefícios do RGPS alcançou a cifra de R\$ 438,2 bilhões (7,4% do PIB), segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). O pagamento de juros nominais pelo setor público, em 2015, corresponderam a 8,5% do PIB (R\$ 501,8 bilhões), segundo o Banco Central do Brasil. Percebemos que, pela ordem vigente, atacar o direito dos cidadãos é mais seguro do que negociar com interesses de uma restrita e poderosa elite.

(*) Mairon E. Brandes, economista, técnico do Dieese

Atividade Industrial - Brasil

A produção industrial no Brasil teve crescimento de 1,1% na passagem de maio para junho, com ajuste sazonal. Houve recuo na produção da indústria extrativa (-0,4%) e crescimento de 1,3% na produção da indústria de transformação neste período. Com relação à produção de junho do ano passado, houve nova queda na produção (-6,0%). Na comparação entre os primeiros semestres, a retração na produção foi de 9,1% neste ano (-8,4% para a indústria de transformação). Na série que considera a variação dos últimos doze meses houve queda de 9,8% na produção industrial (-7,9% para a indústria extrativa e -10,1% para a de transformação).

Todas as grandes categorias registraram crescimento na produção em junho, com relação ao mês de maio. A produção da indústria de bens de capital cresceu 2,1%; a de bens intermediários cresceu 0,5% e a de bens de consumo 1,2%, com a produção de bens de consumo duráveis registrando alta de 1,1% e a de semiduráveis e não-duráveis 1,2%. Apesar do resultado positivo, a produção da indústria de bens de capital registra queda de 20,1% no primeiro semestre deste ano, com relação ao mesmo período do ano passado. A produção de bens de consumo recuaram 6,7% neste período, resultado puxado pela queda de 22,2% na produção de bens de consumo duráveis.

As análises do desempenho da produção industrial nas diferentes séries de recorte temporal, em um período mais longo, apontam sinais de recuperação da atividade nos últimos meses, fazendo com que as quedas observadas nas comparações com os registros do ano passado sejam menos intensas, principalmente, na série de comparação mensal e período acumulado. Como no segundo semestre do ano passado a retração na produção industrial foi mais forte, a série que acumula variações dos últimos doze meses apresenta estabilidade.

Os sinais de recuperação são reforçados por outros indicadores, como o nível de estoques, a taxa média de utilização da capacidade

instalada e o índice de confiança dos empresários industriais. Segundo pesquisa da CNI, o faturamento real da indústria cresceu 2,0% em junho com relação a maio, com ajuste sazonal. O nível de estoques ficou pouco abaixo do planejado (49,4), evidenciando que o ajuste foi realizado e alimentando perspectivas de continuidade do crescimento da produção no próximo mês (a expedição de papelão ondulado teve alta de 0,8% em junho com relação a maio e 3,0% com relação a junho do ano passado). A utilização da capacidade instalada cresceu 1,8 p.p. em comparação a maio, na série com ajuste, e 1,5 p.p. na comparação com junho de 2015. O índice de confiança de empresários industriais continua registrando queda no pessimismo com as expectativas registrando taxa que se enquadra num patamar de confiança/otimismo.

As exportações de manufaturados seguem registrando crescimento (em quantum), contribuindo para a recuperação na produção neste ano. No primeiro semestre estas exportações cresceram 18,1%. O câmbio num patamar desvalorizado contribui, mas a recente queda na taxa de câmbio preocupa por impactar a rentabilidade e tirar vantagem competitiva que alguns setores vinham obtendo. Por outro lado, as importações (total de produtos) seguem registrando queda, principalmente em decorrência da recessão econômica e retração da demanda doméstica.

O índice de termos de troca apresentou crescimento em junho deste ano com relação ao mesmo mês do ano passado (2,7%), ou seja, os preços das exportações cresceram com relação aos preços das importações. No primeiro semestre o custo unitário do trabalho (CUT) teve queda de 12,3% e o índice de taxa real de câmbio efetiva teve alta de 10,5%. Isso evidencia que os ganhos de competitividade neste período foram decorrentes, em larga medida, do câmbio desvalorizado.

Atividade Industrial - Santa Catarina

A produção industrial em Santa Catarina apresentou estabilidade (0,1%) na passagem de abril para maio, com ajuste sazonal. A produção em maio deste ano ficou 6,2% abaixo da produção registrada em maio de 2015. No período acumulado dos primeiros cinco meses deste ano, a produção teve recuo de 7,3% na comparação ao mesmo período do ano passado. Na série dos últimos 12 meses a queda foi de 8,0%.

As variações da produção da indústria em Santa Catarina apresentam forte correlação com a produção da indústria de transformação no Brasil. Assim como foi apresentado na avaliação da produção industrial no país, também em Santa Catarina percebe-se uma recuperação no volume de produção até o mês de maio, ainda que este continue apresentando retração na comparação com o ano anterior. Até maio do ano passado, a produção na indústria catarinense apresentava recuo de 7,5% e neste ano a queda foi de 7,3% no mesmo período, como apontado acima.

Mas cabe mencionar que depois de registrar queda de produção à taxas crescentes durante o segundo semestre, tanto no caso brasileiro, quanto no catarinense, a partir de janeiro e, portanto, no primeiro semestre, percebe-se uma recuperação

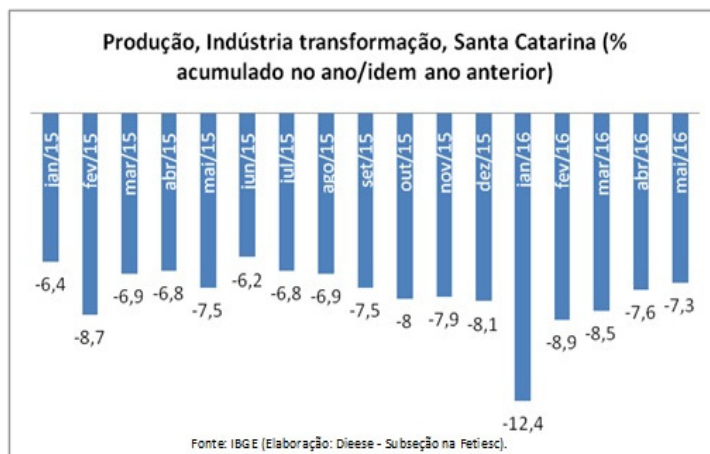
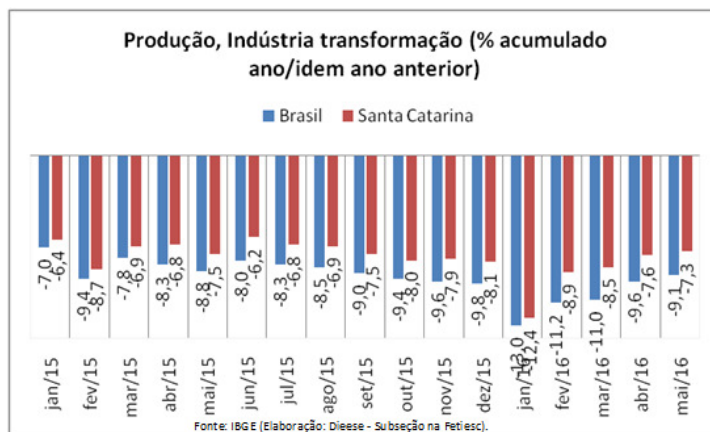
(recoo da produção, mas à taxas decrescentes). Importante mencionar que este melhor desempenho na produção industrial no primeiro semestre do que no segundo não é uma regra, questão de sazonalidade, como a avaliação de uma série histórica mais longa pode demonstrar.

O emprego na indústria de transformação em Santa Catarina teve recuo de 0,5% (-3.179 vínculos) na passagem de maio para junho, com ajustes, semelhante à taxa observada no Brasil (-0,4% equivalente à -31.102 vínculos). No entanto, no caso catarinense o saldo de empregos no acumulado ano (primeiro semestre) é positivo em 5.406 vínculos (crescimento de 0,8% com

relação ao estoque de empregos formais do setor em dezembro de 2015, feitos as ajustes).

Segundo pesquisa da Fiesc, em maio deste ano a utilização da capacidade instalada na indústria em Santa Catarina teve recuo de 1,3 p.p., passando de uma taxa média de 81,7% em maio de 2015 para 80,4% no mesmo mês deste ano. O índice de confiança dos empresários industriais do estado, assim como no caso brasileiro, apresenta recuperação, com as expectativas para os próximos seis

meses praticamente atingindo o patamar que caracteriza confiança (49,9).



INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Custo de Vida				
Inflação		Jun (%)		Var. 12 meses (%)
ICV/DIEESE		0,45		9,05
INPC/IBGE		0,47		9,49
IPCA/IBGE		0,35		8,84
IGP-DI/FGV		1,63		12,32
IGP-M/FGV		1,69		12,21
IPC/FIPE		0,65		10,18
Cesta Básica	Florianópolis	Jun	Varição acum. no ano (em %)	9,24
			Valor mensal (em R\$)	463,24
Salário Mínimo Necessário e Piso Regional Catarinense				
Salário Mínimo Nacional		Junho	Valor nominal (em R\$)	880,00
Salário Mínimo Necessário		Junho	Valor nominal (em R\$)	3.940,24
		Faixa I	Valor nominal (em R\$)	1.009,00
Piso Regional SC		Faixa II	Valor nominal (em R\$)	1.048,00
		Faixa III	Valor nominal (em R\$)	1.104,00
		Faixa IV	Valor nominal (em R\$)	1.158,00
Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação no Brasil				
		Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo
		(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)
Em junho¹		185.902	217.004	-31.102
No ano²		1.265.955	1.405.882	-139.927
Nos últimos 12 meses³		2.413.269	3.004.273	-591.004
				Var. Emprego (%)
				-0,4
				-1,8
				-7,3
<small>(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>				
Movimentação do Emprego - Indústria de Transformação em Santa Catarina				
		Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo
		(Qtde)	(Qtde)	(Qtde)
Em junho¹		19.213	22.392	-3.179
No ano²		141.438	136.032	5.406
Nos últimos 12 meses³		248.376	287.707	-39.331
				Var. Emprego (%)
				-0,5
				0,8
				-5,7
<small>(¹) Variação considera o estoque do mês anterior; (²) Variação considera o estoque do mês atual e do mês de dezembro do ano anterior, com ajustes; (³) Variação considera o estoque no mês atual com o estoque do mesmo mês do ano anterior, com ajustes.</small>				
Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido pelos Ocupados (todos os trabalhos)				
Brasil		Valor (em R\$)		1.972,00
		Abr a Jun 2016/idem ano anterior (em %)		-4,2
Santa Catarina		Valor (em R\$)		2.045,00
		1º trimestre 2016/idem ano anterior (em %)		-9,0
Massa Real de Rendimentos Habitualmente Recebidos pelos Ocupados (todos os trabalhos)				
Brasil		Valor (em R\$)		174.647,00
		Abr a Jun 2016/idem ano anterior (em %)		-4,9
Santa Catarina		Valor (R\$ em milhões)		6.857,00
		1º trimestre 2016/idem ano anterior (em %)		-8,8
Taxa de Desocupação				
Brasil		Abr a Jun 2016 (em %)		11,3
		Abr a Jun 2016/idem ano anterior (em p.p.)		3,0
Santa Catarina		1º trimestre 2016 (em %)		6,0
		1º trimestre 2016/idem ano anterior (em p.p.)		2,1

INDICADORES INDUSTRIAIS - BRASIL (em %)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (IBGE)	Jun/Mai	Jun/Jun	Até Jun	U12M
<i>Geral</i>	1,1	-6,0	-9,1	-9,8
<i>Extrativa</i>	-0,4	-12,5	-14,0	-7,9
<i>Transformação</i>	1,3	-5,0	-8,4	-10,1
Grandes categorias				
Bens de capital	2,1	-3,9	-20,1	-26,2
Bens intermediários	0,5	-7,6	-8,8	-8,1
Bens de consumo	1,2	-2,9	-6,7	-8,8
Bens de consumo - <i>duráveis</i>	1,1	-6,9	-22,2	-22,8
Bens de consumo - <i>semiduráveis e não duráveis</i>	1,2	-1,9	-2,3	-4,8
FATURAMENTO REAL (CNI)	Jun/Mai	Jun/Jun	Até Jun	U12M
	2,0	-8,2	-11,5	-
NÍVEL DE ESTOQUES (CNI)	-	Jun. 2015	Mai. 2016	Jun. 2016
Relação efetivo-planejado	-	53,4	49,8	49,4
TERMÔMETROS DE ATIVIDADE	Jun/Mai	Jun/Jun	Até Jun	U12M
Expedição de papelão ondulado (ABPO)	0,8	3,0	-2,4	-
Consumo de energia elétrica industrial (EPE)	-	-3,3	-5,3	-6,2
Produção de aço bruto (Aço Brasil)	-	-8,5	-13,0	-
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Jun/Mai	Jun/Jun	Até Jun	U12M
<i>Saldo (qtde)</i>	-31.102	-	-139.927	-591.004
<i>(%)</i>	-0,4	-	-1,8	-7,3
Utilização da Capacidade Instalada (CNI)	-	Jun. 2015	Mai. 2016	Jun. 2016
<i>(% média)</i>	-	77,4	77,1	78,9
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (CNI)	-	Jul. 2015	Jun. 2016	Jul. 2016
		37,2	45,7	47,3
<i>Condições atuais</i>		27,6	35,1	37,4
<i>Expectativas</i>		42,0	51,1	52,3
COMÉRCIO EXTERIOR (Funcex)		Jun/Jun	Até Jun	U12M
Exportação - manufaturados				
<i>Quantum (%)</i>		16,2	18,1	13,1
<i>US\$ (%)</i>		-17,3	-2,4	-6,8
<i>Preços (%)</i>		-6,2	-15,1	-17,9
Importação - total				
<i>Quantum (%)</i>		-6,1	-19,1	-20,3
<i>US\$ (%)</i>		-15,4	-27,7	-29,9
<i>Preços (%)</i>		-10,1	-10,7	-11,9
Índice de Rentabilidade das exportações - total (%)		-7,5	-3,5	1,3
Índice de Termos de troca - total (%)		2,7	-4,6	-8,1
INDICADORES DE COMPETITIVIDADE (BCB)		Jun/Jun	Até Jun	U12M
Custo unitário do trabalho (Var.%)		-3,6	-12,3	-
Índice de taxa real de câmbio efetiva (Var.%)		1,2	10,5	-
Índice de taxa real de câmbio corrigida pela produtividade (%)		-9,4	-0,2	-

INDICADORES INDUSTRIAIS - SANTA CATARINA (em %)

PRODUÇÃO (IBGE)	Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M		
<i>Transformação</i>	0,1	-6,2	-7,3	-8,0		
<i>Têxtil</i>	-	-6,5	-8,2	-12,9		
<i>Vestuário</i>	-	-15,5	-2,0	1,0		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-4,1	-5,2	-2,7		
<i>Borracha e Plástico</i>	-	-9,9	-11,8	-12,3		
FATURAMENTO REAL (Fiesc)	Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M		
<i>Transformação</i>	-	-8,6	-12,7	-		
<i>Têxtil</i>	-	-	-11,7	-		
<i>Vestuário</i>	-	-	-15,5	-		
<i>Celulose, Papel e Produtos de Papel</i>	-	-	-9,9	-		
<i>Plástico</i>	-	-	-11,4	-		
CAGED - Ind. Transformação (MTE)	Jun/Mai	Jun/Jun	Até Jun	U12M		
<i>Saldo (qtde)</i>	-3.179	-	5.406	-39.331		
<i>(%)</i>	-0,5	-	0,8	-5,7		
Utilização da Capacidade Instalada (Fiesc)	Mai. 2015		Mai. 2016			
<i>(% média)</i>	81,7		80,4			
ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial (Fiesc)	Jun. 2015	Mai	Jun. 2016			
	38,9	41,4	45,4			
<i>Condições atuais</i>	30,8	31,9	36,1			
<i>Expectativas</i>	42,9	46,2	49,9			
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL (Funcex)	Mai/Mai		Até Mai		U12M	
	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)	US\$(%)	Qtde(%)
Exportações						
<i>Têxtil</i>	9,1%	17,7%	15,1%	25,9%	-5,0%	6,8%
<i>Vestuário e acessórios</i>	-8,2%	14,4%	-5,9%	15,4%	-11,4%	12,3%
<i>Couro e calçados</i>	-11,8%	11,6%	-11,4%	14,4%	-18,3%	5,5%
<i>Papel e celulose</i>	2,1%	19,7%	5,9%	15,1%	9,7%	13,9%
<i>Produtos químicos</i>	-3,7%	9,1%	-4,2%	11,4%	-12,0%	6,1%
<i>Produtos de material plástico</i>	-11,2%	2,4%	-5,8%	9,3%	-9,1%	5,2%
Importações						
<i>Têxtil</i>	-17,7%	-9,1%	-40,4%	-36,8%	-36,2%	-33,0%
<i>Vestuário e acessórios</i>	-32,7%	-33,8%	-47,9%	-51,2%	-30,6%	-32,7%
<i>Couro e calçados</i>	-32,9%	-33,3%	-38,9%	-41,4%	-28,7%	-28,4%
<i>Papel e celulose</i>	-28,7%	-21,8%	-30,4%	-25,9%	-32,9%	-29,0%
<i>Produtos químicos</i>	-9,6%	6,5%	-17,8%	-4,5%	-19,2%	-9,8%
<i>Produtos de material plástico</i>	-23,1%	-13,8%	-31,9%	-28,2%	-27,8%	-24,2%
Índice de Rentabilidade das exportações (Var.%)	Mai/Mai		Até Mai		U12M	
<i>Têxtil</i>	-2,9%		4,4%		12,3%	
<i>Vestuário e acessórios</i>	-14,6%		-3,8%		1,7%	
<i>Couro e calçados</i>	-15,4%		-9,7%		-1,4%	
<i>Papel e celulose</i>	-10,5%		4,8%		19,3%	
<i>Produtos químicos</i>	-3,7%		0,3%		5,1%	
<i>Produtos de material plástico</i>	-5,7%		0,5%		9,1%	

INDICADORES MACROECONÔMICOS

PIB Trimestral (em %)		Indústria	FBCF	Cons.Fam.	Cons.Gov.	PIB	
1º trim. 2016 / 4º trim. 2015		-1,2	-2,7	-1,7	1,1	-0,3	
1º trim. 2016 / Idem 2015		-7,3	-17,5	-6,3	-1,4	-5,4	
IBC-BR (em %)		Mai/Abr	Mai/Mai	Até Mai	U12M		
		-0,5	-4,9	-5,8	-5,4		
Finanças Setor Público		Até Jun. 2015		Jun. 2016	Até Jun. 2016		
		R\$ mi	% PIB	R\$ mi	R\$ mi	% PIB	
Resultado Primário		16.224	0,6	-10.061	-23.776	-0,8	
Juros Nominais		-225.870	-7,8	-22.113	-173.312	-5,8	
Resultado Nominal		-209.646	-7,3	-32.174	-197.088	-6,5	
		<i>Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)</i>				68,5	
		<i>Dívida Líquida do Governo Geral (% PIB)</i>				43,6	
Setor Externo		Até Jun. 2015		Jun. 2016	Até Jun. 2016		
		US\$ mi		US\$ mi	US\$ mi		
Transações Correntes		-37.888		-2.479	-8.444		
Bal. Coml.		1.264		3.755	22.448		
Conta Financeira		36.815		2.247	5.489		
IDP		30.932		3.917	33.816		
		<i>Saldo de transações correntes (U12M % PIB)</i>				-1,7	
		<i>Necessidade de financiamento externo (U12M % PIB)</i>				-2,8	
Câmbio					Jun. 2015	Jun. 2016	
Taxa média - venda (R\$/US\$)					3,11	3,42	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPA-DI) (U12M em %)</i>					-	-6,0	
<i>Varição real da taxa de câmbio - dólar americano - (IPCA) (U12M em %)</i>					-	2,2	
Inflação					Jun. 2015	Jun. 2016	Var. (p.p.)
IPCA (U12M %)					8,89	8,84	-0,1
INPC (U12M %)					9,31	9,49	0,2
Juros					Jun. 2015	Jun. 2016	Var. (p.p.)
Meta da taxa Selic (% a.a.)					13,75	14,25	0,5

Economia para Trabalhadores - Ano IV, edição XXXVIII, julho de 2016. Periodicidade mensal. Subseção do Dieese na Fetesc.

EXPEDIENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA - Presidente: Idemar Antonio Martini; Vice-Presidente: Rosane Sasse; Secretário Geral: Landivo Fischer.

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE - Direção Técnico: Clemente Ganz Lúcio; Coordenação Executiva: Patrícia Pelatieri; Coordenação Administrativa e Financeira: Rosana de Freitas; Coordenação de Educação: Fausto Augusto Junior; Coordenação de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira; Coordenação de Atendimento Técnico Sindical: Airton Santos; Coordenação de Estudos e Desenvolvimento: Angela Schwengber; Supervisor Regional do Dieese/SC: José Álvaro Cardoso; Técnico Responsável pelo Boletim: Mairon Edemar Brandes.